

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Formação de Registro de preços de empresa especializada no fornecimento de PNEUS NOVOS e serviços de RECAPAGEM, para uso em veículos da frota pública composta de 15 (quinze) Ônibus Elétricos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QTDE | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|--|------|-------------------|----------------------|-------------------|
| 1 | Pneu novo 295/80 R 22.5, para uso em ônibus elétrico no serviço de Transporte Coletivo Urbano, nas características e condições mínimas a seguir: Radial, sem câmara, desenho misto ; Exclusivo ônibus urbano; não remanufaturado, não recauchutado, e não remodelado; Pneu de alta severidade (deve suportar situações extremas: paradas e arranques constantes; baixa velocidade média; altas cargas por eixo; manobras frequentes; condições de precariedade na via etc.); Sulco mínimo de 15mm; Índice de carga mínimo de 154-149 J; Alta resistência a impactos laterais; (flancos reforçados); Composto reforçado; Estrutura reforçada para oferecer maior resistência ao torque; Baixa resistência ao rolamento; Alta recapabilidade; Certificação do INMETRO; Mínimo de 16 lonas; Garantia mínima de 03 anos, contra defeitos de fabricação; Fabricação não superior a 12 meses da data da licitação; Rendimento esperado: 63.000 km rodados*. Deve vir acompanhado da ficha técnica completa do produto. | 156 | UND | 3.479,86 | 542.858,16 |
| 2 | Serviço de recapagem de pneu 295/80 R22,5, destinado ao transporte coletivo urbano em ônibus elétrico, nas características e condições mínimas a seguir: Banda de recapagem para tração urbana de alta severidade; Composto com elevada resistência à abrasão e ao cisalhamento lateral; Ombros reforçados (preferencialmente desenho semifechado ou fechado); Dureza aproximada: 66-70 Shore A; Sulcos profundos: Mínimo 16mm; Inclusa vulcanização, se necessário; Inclusa a inspeção da carcaça e respectivo laudo técnico; Quando não houver condições de recapagem, a recapadora deverá recolher e dar a destinação adequada. A empresa contratada deverá ter | 353 | UND | 1.069,95 | 377.692,35 |

| | | | | | |
|---|---|--|--|--|--|
| | certificação ambiental e rastreamento da carcaça (identificação por etiqueta inviolável, código de barras, QR Code ou RFID); Rendimento médio esperado para cada recapagem: 40.500 km rodados*. | | | | |
| VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 920.550,51 | | | | | |

1.2. (*) Os valores de rendimento quilométrico indicados neste Termo de Referência constituem parâmetros referenciais de desempenho esperado, utilizados para fins de planejamento e avaliação da economicidade.

1.3. A Administração poderá avaliar o desempenho médio dos pneus durante a execução contratual, podendo exigir substituição ou aplicação de sanções em caso de desempenho significativamente inferior, desde que comprovada responsabilidade da contratada, assegurado o contraditório e ampla defesa.

1.4. As especificações técnicas representam requisitos mínimos de desempenho, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.5. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme consta do Estudo Técnico Preliminar.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria nº 01/2024 - TRANSITAR.

1.7. Considerando a natureza do objeto não há necessidade de classificá-lo como sigiloso, nos termos da lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.8. O serviço é enquadrado como não continuado, visto que ocorrerá conforme demanda.

Prazo de vigência

1.9. O prazo da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, prorrogável, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico Específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2. O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP em 31 de maio de 2025, Id pca PNCP: 35607532000176-0-000001/2026, DFD cód. 92.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da presente contratação constam no Estudo Técnico Preliminar.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade descritos no Estudo Técnico Preliminar, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. A empresa contratada deve utilizar práticas e materiais sustentáveis sempre que possível, adotando medidas para promover eficiência energética, uso responsável dos recursos naturais e redução do impacto ambiental;

4.2.2. A empresa CONTRATADA deve se atentar com o correto descarte de materiais e resíduos com as devidas comprovações e laudos de descarte apropriados;

4.2.3. Serão priorizados materiais e tecnologias sustentáveis, com baixo consumo de energia, baixa emissão de gases poluentes, menor impacto ambiental durante a produção e descarte;

4.2.4. Serão adotadas práticas de gestão de resíduos eficientes, incluindo a separação, reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados durante o serviço.

Indicação de marcas ou modelos (art.41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.3. Na presente contratação será admitida a indicação de marcas, característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

4.4. A indicação de marcas/modelos possui caráter meramente referencial, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às especificações técnicas.

4.5. Não será exigido atendimento simultâneo a todas as características técnicas exclusivas de um único fabricante.

4.6. Serão aceitas as modelos/marcas equivalentes ou de melhor qualidade do que as referências contidas neste instrumento e seus anexos:

4.6.1. Michelin X Incity EV;

4.6.2. Bridgestone R167E / M 167E;

4.6.3. Goodyear Urban Max EDR (Eletric Drive Ready);

4.6.4. Continental Conti HAUA 3 (Eletric Drive Ready), e,

4.6.5. Prometeon (Pirelli) MC:1 e-Urban.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.7. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que o produto atenda todas as especificações, condições e demais exigências contidas na descrição do objeto.

Subcontratação

4.8. A subcontratação não será admitida para as parcelas principais do objeto, sendo permitida para atividades acessórias, desde que previamente autorizada pela Administração.

Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Obrigações das partes

4.10. Obrigações da contratada

4.10.1. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato ou termo equivalente, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

4.10.2. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

4.10.3. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

4.10.4. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.10.5. Entregar os produtos ou realizar os serviços objeto deste certame, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos;

4.10.6. Promover a substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação da TRANSITAR, quando não recebidas definitivamente pela contratante quando não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta do fornecedor quando do procedimento licitatório;

4.10.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos e outros;

4.10.8. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

4.10.9. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

4.10.10. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente a execução do objeto e prestar os esclarecimentos cabíveis;

4.10.11. Acatar todas as orientações da TRANSITAR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

4.10.12. Assegurar a rastreabilidade dos pneus e/ou carcaças recapadas, mediante identificação individual (ex: número de série, DOT, ou outro sistema equivalente), permitindo o acompanhamento de sua vida útil;

4.10.13. Disponibilizar suporte técnico sempre que solicitado pela CONTRATANTE, para avaliação de desempenho, desgaste irregular ou falhas dos pneus fornecidos;

4.10.14. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos veículos da CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos fornecidos ou serviços executados;

4.10.15. Cumprir os prazos de entrega estabelecidos, responsabilizando-se por eventuais atrasos, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga dos produtos;

4.10.16. Garantir que os produtos atendam integralmente às normas do INMETRO, ABNT e demais regulamentações aplicáveis;

4.10.17. Não fornecer produtos remoldados, reformados ou fora das especificações técnicas exigidas, salvo quando expressamente autorizado no Termo de Referência;

4.10.18. Considerar, na execução do objeto, as características operacionais dos ônibus elétricos, especialmente quanto ao maior peso e torque instantâneo, garantindo que os produtos fornecidos sejam adequados a tais condições de operação.

4.11. Das obrigações da contratante

4.11.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes no termo de referência, no instrumento convocatório e na proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

4.11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;

4.11.3. Comunicar formalmente à contratadas quaisquer irregularidades verificadas na execução do objeto;

4.11.4. Comunicar, por escrito, à contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

4.11.5. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O modelo de execução do objeto seguirá o contido no Estudo Técnico Preliminar, e o disposto abaixo:

Condições de execução

5.2. A aquisição dos pneus e serviços de recapagem ocorrerão conforme demanda da Contratante, cuja execução seguirá a seguinte dinâmica:

PNEUS NOVOS:

5.2.1. A entrega dos pneus novos ocorrerá, no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento do empenho.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado no subitem 5.2.1., a empresa deverá comunicar as respectivas razões, com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.3. Junto à remessa dos pneus, a contratada deverá enviar a ficha técnica completa do produto.

5.2.4. Os pneus deverão possuir certificação vigente junto ao INMETRO.

5.2.5. Cada pneu deverá conter identificação de lote, data de fabricação (DOT) e demais informações necessárias à rastreabilidade.

5.2.6. Não serão recebidos/aceitos pneus com data de fabricação superior a 12 meses.

SERVIÇO DE RECAPAGEM:

5.2.7. Os serviços deverão ser executados em acordo com as especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e anexos.

5.2.8. A contratada deverá efetuar a coleta dos pneus, no local indicado pela contratante, no prazo de até 10 (dez) dias do acionamento.

5.2.9. Não serão solicitadas coletas menores de 10 unidades.

5.2.10. O prazo para a entrega dos pneus recapados é de até 15 (quinze) dias da data da coleta.

5.2.11. A contratada efetuará a recapagem exclusivamente em pneus 295/80 R22.5 fornecidos pela contratante.

5.2.12. A recapagem somente poderá ser realizada em carcaças aprovadas em inspeção técnica, devendo ser apresentado laudo técnico com critérios objetivos de aceitação ou rejeição.

5.2.13. A banda de rodagem aplicada deverá apresentar profundidade mínima de sulcos de 18 mm; ter desenho apropriado para uso em ônibus elétricos urbanos; material adequado para aplicação em veículos pesados.

5.2.14. A recapagem deverá garantir perfeita aderência da banda à carcaça; ausência de bolhas, deformações ou falhas estruturais; uniformidade da banda de rodagem e acabamento adequado.

5.2.15. A recapagem deverá apresentar desempenho esperado conforme parâmetros técnicos de referência, considerando condições normais de operação da frota de transporte coletivo urbano.

5.2.16. Caso a recapagem apresente falha estrutural ou desgaste prematuro antes de atingir a quilometragem mínima estabelecida e, comprovada a responsabilidade da contratada, deverá esta realizar nova recapagem sem ônus à contratante, e ainda, estará sujeita, as sanções legais cabíveis.

5.2.17. Quando for apurado que não há mais possibilidade de recape, a recapadora deverá emitir laudo técnico.

5.2.18. Os pneus inservíveis serão recolhidos pela Contratada, a qual deverá efetuar a destinação adequada, sem ônus para a Contratante.

5.2.18.1. A contratada, deverá apresentar comprovação de regularidade na destinação dos pneus inservíveis, ao menos, 01 vez ao ano e sempre que solicitado pela contratante.

5.3. A aferição de desempenho do objeto será realizada com base em registros operacionais da frota, considerando o controle por veículo; as condições normais de operação; exclusão de danos decorrentes de fatores externos; análise por média amostral.

Local e horário da prestação dos serviços

5.4. A entrega dos pneus novos e dos pneus recapados, bem como, a coleta dos pneus a recapar, será na sede dos setores de Sinalização e Manutenção da TRANSITAR, sito à Rua Paraná, nº 4727 – Centro – Cascavel – PR, em horário comercial.

5.5. Os serviços objeto desta contratação serão realizados nas dependências da contratada.

Rotinas a serem cumpridas

5.6. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

Materiais a serem disponibilizados

5.7. A Contratada deverá dispor de materiais, equipamentos, ferramentas, maquinários e utensílios necessários, em qualidade e quantidade suficientes para o perfeito cumprimento do objeto.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A licitante, ao elaborar a sua proposta, deverá considerar o seguinte:

5.8.1. Os custos com coleta ou entrega de pneus novos e recapados correrá por conta da contratada.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da lei nº 14.133, de 2021)

5.9. Os pneus novos deverão possuir garantia mínima de **36 (trinta e seis) meses**, contados da data de entrega, exclusivamente contra defeitos de fabricação, abrangendo falhas estruturais, desagregação de compostos, deformações anormais e outros vícios ocultos que comprometam seu desempenho regular.

5.10. A garantia não abrange desgaste natural decorrente do uso, danos causados por operação inadequada, falta de manutenção, uso em desacordo com as especificações do fabricante ou condições anormais de operação.

5.11. Quanto à recapagem, empresa prestadora do serviço, deverá assegurar garantia mínima de 40.500 KM ou 06 (seis) meses, o que ocorrer primeiro, contra: Descolamento da banda; Bolhas, falhas de vulcanização ou solda de emendas; Defeitos estruturais oriundos do processo da recapagem.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.12. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. A Contratada deverá apresentar formalmente o preposto da empresa no ato da assinatura do contrato, indicando no instrumento nome completo, CPF, dados para contato (telefone e e-mail), e os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. O preposto deverá estar disponível para atender a Contratante em dias úteis e em horário comercial.

6.7. A contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo fiscal do contrato, ou pelos seus respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8.1. A fiscalização contratual seguirá o contido na Instrução Normativa Nº 007/2024 - TRANSITAR.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. A presente contratação não se enquadra como serviços complexos, mas simples de aquisição conforme a demanda do Setor de Transporte Coletivo, serviços esses que serão fiscalizados e avaliados pelo Fiscal do Contrato, dispensando-se dessa forma a aplicação do IMR – Índice de Medição de Resultados. No entanto, caberá ao Fiscal do Contrato avaliar constantemente a execução do objeto e os padrões de qualidade técnica utilizados na realização dos serviços e dos produtos entregues, e constatando algum desvio técnico tomará as medidas necessárias para o restabelecimento das cláusulas contratuais.

7.2. A avaliação envolve o acompanhamento e controle:

7.2.1. Da execução nas condições estabelecidas;

7.2.2. Da correção quando verificada alguma anormalidade;

7.2.3. Da verificação de desempenho: inspeções visuais sistemáticas e/ou aleatórias, verificação do desgaste (desgastes prematuros, sulco, cantos), verificação dos resultados das inspeções de carcaças, fim de vida útil prematura etc.;

7.2.4. A avaliação de desempenho do objeto será realizada com base em parâmetros técnicos referenciais, considerando a média de desempenho da frota;

7.2.5. Em caso de desempenho significativamente inferior ao esperado, e comprovada a responsabilidade da contratada, deverá esta promover a substituição do item, sem ônus à Contratante, e ainda, estará sujeita a demais sanções cabíveis.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo fiscal de contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências dispostas no contrato.

7.4. O(s) fiscal(is) do contrato realizará(ão) o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito do recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado da avaliação da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

7.6.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.6.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, e,

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.14.1. O prazo de validade;

7.14.2. A data da emissão;

7.14.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.14.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.14.5. O valor a pagar, e,

7.14.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária, ou na sua ausência índice que o substituir.

Do reajuste

7.24. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.25. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

8.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

- 8.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 8.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 8.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, e,
- 8.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e,
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8 do subitem acima, bem como nas alíneas 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.3. **Multa:**

- 8.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item 8.1.4, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela descumprida do contrato.
- 8.3.2. Moratória de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **1% (um por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 8.3.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.3.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas 8.1.5 a 8.1.8 de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
- 8.3.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea 8.1.3, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
- 8.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea 8.1.2, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.3.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea 8.1.4, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.3.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea 8.1.1, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.4. As penalizações e dosimetrias seguirão o contido no Decreto Municipal nº 19.857/2025.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência, em acordo ao Decreto Municipal nº 19.857/2025, poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas caso ocorram.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. Em casos de atraso de pagamento das multas previstas nos itens 8.3.1, 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4, 8.3.6, 8.3.7 e 8.3.8, superior a 30 (trinta) dias corridos, a Contratante aplicará adicionalmente taxa de compensação financeira, entre a data de vencimento e o efetivo adimplemento da(s) parcela(s) mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo,

EM = Encargos moratórios;

I = Índice de compensação financeira;

N = Número de dias entre a data de vencimento e o efetivo pagamento, e,

VP = Valor da parcela a ser paga.

O índice de compensação financeira possuirá valor de 0,00016438, sendo assim apurado:

$$I = (TX)$$

TX = Percentual da taxa anual de 6%

$$I = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$$

8.10. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com justificativas e motivos e submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

8.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

caput e parágrafos dos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, devendo ser respeitados os valores máximos por item (unitário e total).

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário OU empreitada.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971, e,

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas,** conforme o caso;

9.13. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),** mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

9.15. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão expedida pela referida fazenda pública, ou outra equivalente na forma da lei;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, e,

9.20. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores ou iguais a 1 (um);

9.23.2. O índice referido no item acima foi definido por ser considerado usual para a conferência da saúde financeira da empresa, sendo entendido que não há posicionamento de prejuízos contínuos por parte da empresa, ou ainda de descumprimentos as obrigações de quitação de suas despesas;

9.23.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.23.4. As Microempresas Individuais poderão apresentar o Certificado Cadastral de Empreendedor Individual como substituto ao balanço de abertura ou ao balanço parcial, caso a sua abertura tenha ocorrido em período inferior a 6 (seis) meses da data da licitação;

9.23.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, e,

9.23.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.26.1. Na ausência de atestado de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, a Administração utilizará a ferramenta do sistema SICAF "Calculadora Financeira" para conferência dos índices com base nos valores provenientes dos balanços patrimoniais apresentados.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 920.550,51 (**novecentos e vinte mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos**), conforme detalhado no Mapa Comparativo de Preços.

10.2. O valor de referência foi obtido por meio da média dos preços unitários, conforme Instrução Normativa Nº 002/2024 TRANSITAR. Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da TRANSITAR, nas seguintes dotações:

| 11.1.1. Pneus Novos – Item 01 | 11.1.2. Recapagem de Pneus – Item 02 |
|--------------------------------------|--------------------------------------|
| i) Ação: 2800 | i) Ação: 2800 |
| ii) Dotação: 1841 | ii) Dotação: 1843 |
| iii) Elemento de Despesa: 3.33.90.30 | iii) Elemento de Despesa: 3.33.90.39 |
| iv) Subelemento: 3.33.90.30.39.01 | iv) Subelemento: 3.33.90.39.19 |
| v) Fonte de recursos/vínculo: 90 | v) Fonte de recursos/vínculo: 90 |

11.2. A dotação relativa a exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÃO FINAL

12.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base em critérios técnicos e operacionais compatíveis com a natureza do serviço público prestado, observando os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e economicidade, previstos na Lei nº

14.133/2021, não tendo por finalidade restringir a participação de licitantes, mas assegurar a contratação mais vantajosa para a Administração.

Cascavel, 18 de maio de 2026.

Equipe de Planejamento

Neidelson R. Huk
Neidelson Ribeiro Huk
Matrícula nº 689-01

Suzana Aparecida do Amarante
Suzana Aparecida do Amarante
Matrícula nº 050-01

Aprovado por:

Samantha Sitnik
Samantha Sitnik
Gerente da Divisão de Transporte